Revista Portuguesa
de História

Não parece, por isso, de aceitar, sem graves restrições, a seguinte afirmação: «A economia medieval portuguesa formou um bloco afim com a economia de Leão e Castela, e desprezar essa interdependência é falsear os numerosos problemas susceptíveis de serem resolvidos» (p. 112). Pelo contrário, vou até a acreditar que ver a nossa economia medieval exclusivamente sob este prisma é que pode falsear a resolução dos seus problemas, prejudicando a sua compreensão.

Não seguiremos par e passo a exposição da Dr.* VIRGÍNIA RAU, por vezes sedutora. Com estas ligeiras observações quisemos apenas focar alguns dos aspectos que considerou ou que, em nosso entender, devia ter considerado. E, fazendo-o, mais se radicou em nós a convicção de que o trabalho de V. RAU merece a atenção comprensiva de todos aqueles que se interessam pelos complexos problemas da nossa economia medieval. De facto, com a publicação desta monografia, a Autora prestou-lhes assinado serviço (16).

TORQUATO DE SOUSA SOARES

Júlio González: *Regesta de Fernando II*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto Jerónimo Zurita. Madrid, 1943.

Excede muito o seu título o conteúdo desta obra, que o *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* muito justamente premiou.

O Prof. Júlio González explica a razão que o levou a acrescentar à parte diplomática uma introdução histórica, observando que ael registro documental no se explicaria ni se comprendería bien sin el historico que le precede». Embora me pareça exage-

(i«) Seguem-se, em apêndice, dezanove diplomas. A Autora seguiu o critério de traduzir os documentos latinos (três cartas de feira). Apenas o primeiro (carta de feira da Guarda) é publicado também no original em latim, certamente por ser inédito, como inéditos são os dezasseis diplomas que se seguem a esses tres documentos.

rado este conceito, pois a publicação de registos documentais independentemente de quaisquer trabalhos de síntese histórica, justifica-se plenamente como serviço — e serviço relevante — prestado aos historiadores, é evidente que o leitor só tem a ganhar com a publicação da história do reinado de Fernando II feita por um erudito e historiador da envergadura do Prof. Júlio González. Julgo, no entanto, que seria preferível não atribuir às fontes narrativas o lugar, por vezes fundamental, que o Autor lhes deu na elaboração do seu trabalho.

E certo que as fontes diplomáticas nem sempre bastam à reconstituição histórica desse período; mas, parecia-me preferível deixar na sombra certos acontecimentos quando não pudessem basear-se nas fontes diplomáticas, mesmo correndo o risco de perder a graça que J. G. conseguiu imprimir à exposição. É que, dando às fontes narrativas tão grande lugar na economia da obra, esta tinha de ter, implicitamente, diferente carácter, deixando de ser o que o Autor, aliás muito louvavelmente, quis que fosse — uma simples resenha de factos.

Tão íntimos e tão frequentes foram os contactos entre Portugal e Leão na segunda metade do séc. xn, que desnecessário se torna encarecer a utilidade de uma publicação como esta, que nos permite a utilização de muitas dezenas de diplomas do maior interesse para a nossa história, tanto mais que as fontes literárias, como acentua J. G., «por estar ya algo alejadas del escenario, a más de tener no pocas deficiencias, se encuentran enturbiadas» (4). Um aspecto — que é fundamental — importa sobretudo acentuar : a cronologia dos acontecimentos que só as fontes diplomáticas podem estabelecer rigorosamente, bem como o itinerário do rei.

Embora nos mereça a maior consideração o espirito científico do Prof. Júlio González, que muito admiramos, permitir-nos-emos fazer algumas observações a certos passos do seu trabalho, que, relacionando-se directamente com a história de Portugal, chamaram preferentemente a nossa atenção.

Antes, pore'm, não queremos deixar de nos referir à maneira como J. G. se refere à sucessão ao trono de Afonso VII, repetindo os dizeres da Crónica latina de Castela, que atribue a sua

(!) O Autor exceptúa deste juizo a crónica muçulmana de Ibn Sahibe, que se mostra melhor informado.

divisão pelos filhos do Imperador à iniciativa do Conde Fernão Peres (<*iad instanciam Fernandi comitis Galleciai*>).

J. G. não vê «por que el (hijo) menor, siendo los dos hijos de un mismo matrimonio y tratándose de Estados que llevaban mucho tiempo unidos, había de considerarse con derecho» (2).

A verdade, porém, é que era a divisão que estava na lógica do regime, pelo menos desde o advento de Fernando Magno, que emprestou à monarquia leonesa-castelhana o carácter patrimonial que tinha a monarquia franca.

A crença de que a ideia de divisão partiu do conde, deve ter-se formado um pouco mais tarde, quando, em consequência talvez do renascimento do direito romano, a realeza passou a ser considerada como uma magistratura que se procurou harmonizar com a tradição patrimonial, encabeçando a coroa no filho mais velho do monarca. Por isso o cronista estranharia a divisão do reino ; e, procurando uma explicação, não hesitaria atribuí-la a Fernão Peres, que era o mais influente magnate da corte de Afonso VII.

Quanto à atribuição do título de rei a todos os filhos do monarca, a origem é a mesma: trata-se de uma revivescência da tradição franca, aliás perfeitamente compreensível na economia do regime monárquico patrimonial.

A ideia de que D. Afonso Henriques tinha uma certa jurisdição em Toronho em 1156, visto que o Imperador, para confirmar uma divisão feita pelos cónegos de Tui, tivera que contar com o consentimento do rei português — *aex asensu domini Aldefonsi regis Portugaliae*» — não me parece provada (3). O facto de a diocese de Tui se estender pelo território português até ao Lima, talvez baste para explicar a menção do diploma de 1156 (4).

(2) Pág. 17, nota 3.

(3) O mesmo diremos relativamente à diocese de Orense, que o Autor supõe ter sido, pelo menos em parte, dominada pelo rei de Portugal até 1159 ou pouco antes, pois diz que o mosteiro de Gelanova tinha sido, em 28 de Dezembro de 1159, «recièn separado del portugués» (pág. 42).

(4) De facto tratava-se de uma divisão dos bens da igreja tudense, entre o bispo e os cónegos, em que são expressamente mencionadas igrejas e mosteiros aquem Minho (v. g. *Ultra Minum in Valadares Monasterium S. Pelagii de Paterni, In maritimo medietas Ecclesore S. Mariae de Vineor cum medietati ipsius canti, S Marie de Anchora... etc. Esp. Sags., t. xxn, pág. 1,5*).

J. G. refere-se depois ao tratado de Sahagún de 1158, mas sem o analisar com o detenimento exigido pela importância do diploma e pela série de problemas relativos a Portugal, que levanta.

Será impossível uma interpretação satisfatória das cláusulas do acordo referentes ao nosso país ?

O Prof. González, depois de interpretar o período relativo à interdição de um pacto de amizade com o rei de Portugal em prejuízo da outra parte, traduz assim a cláusula relativa à divisão de Portugal :

a En segundo lugar se propusieron someter Portugal y repartilo entre los dos, conviniendo en que tuviesen por mitades lo que de Portugal tomasen hasta que hubiesen ocupado todo ello después de lo cual el rey don Fernando lo dividiria y don Sancho elegeria la parte próxima a su reino» (5).

É certo que a expressão «*postquam uero totum adquisierimus*» parece dever interpretar-se «depois de o adquirirmos completamente (todo)» ; mas não pode deixar de parecer estranho que urna tão grave decisão — a mais grave de todas — fosse expressa de forma tão sucinta num tratado cujas disposições se indicam tão minuciosamente (6). E, por outro lado, não podemos deixar de ter em vista o facto de a política do rei leonês ter sido sempre, em relação a Portugal, defensiva, mesmo quando a atitude de Afonso Henriques lhe dava azo a invadir o nosso país.

Não teriam antes os dois filhos do Imperador, admitindo a hipótese de conquistarem terras em Portugal, resolvido dividir igualmente tudo quanto tivessem adquirido (*totum adquisierimus*), sendo então feita a divisão por Fernando, e, em contra-partida (*contra*), cabendo a Sancho o direito de escolhet a sua parte?

Quanto à guerra que D. Afonso Henriques sustentou na Galiza a partir de 1158 (depois da morte de Sancho III de Castela), guerra que termina com a paz de Lérez ou Pontevedra (1165), o que me parece importava sobretudo fixar era a reconhecimento por D. Fernando II, da anexação a Portugal da parte galega da diocese tudense. Esse parece ter sido o objectivo do rei português, que, dois meses depois, figura num diploma do mosteiro de

(5) Pág. 53.

(6) Haja em vista a parte referente à partilha da *terra sarracenorum*.

Melón como rei «*a sancto arene usque in vetulam pontem*», ao lado de Fernando II, que, por sua vez, é intitulado rei «*a legione usque ad veterem pontem, ex utraque parte*» (7).

Não compreendemos por isso como é que J. G. parece pôr em dúvida esse domínio, tanto mais que está também expresso na *Crónica latina de Castilla*, que cita (8).

Não obstante, aceita sem hesitações os dizeres desta crónica quando refere que, prisioneiro em Badajoz, Afonso Henriques oferece ao genro a entrega de Portugal. A cena relatada pelo cronista com pormenor pitoresco — o leões acolheu-o benignamente sentando-o a seu lado no sólio real — é reproduzida pelo Prof. González que louva a magnanimidade de Fernando II, sem qualquer comentário (9).

Mas o que se verificou foi uma verdadeira transacção, em que, a troco da renúncia ao território entre o Minho e o Lérez e as conquistas de Geraldo a leste de Badajoz, Afonso Henriques e o seu fronteiro receberam a liberdade.

A Fernando II interessava, evidentemente, a paz ; e não era com a conquista de Portugal que a obteria, se pensarmos que o infante D. Sancho, já tinha dado as suas provas como chefe militar e não se submeteria de boa-mente ao leões.

Certamente o rei de Leão obteve o máximo que podia obter e não vejo razão para enaltecer a sua generosidade, aliás incompreensível.

Mas, com estes reparos, não pretendi, naturalmente, diminuir o mérito de uma obra que se impõe por si.

Parece-me até que pode servir como modelo de outros trabalhos deste género, que importa desenvolver, pois são imprescindíveis como base de uma História que precisa de ser reescrita à vista da documentação assim benemeritamente revelada e ordenada.

TORQUATO DE SOUSA SOARES

(7) Arquivo Histórico Nacional, de Madrid. *Clero regular y secular*.

(8) Pág. 79, nota 89.

(9) Basta pensarmos que a *Crónica latina de los reyes de Castilla* foi redigida por volta de 1236 (vide Sánchez Alonso: *Historia de la Historiografía española*, I, págs. 127-128), menos valor podemos atribuir aos seus excursos que não podem ter senão interesse literário.